

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL

_____ (razão social do devedor),
com inscrição no CNPJ nº _____, devidamente representada por
_____ (nome e qualificação do representante),
DECLARA, para os fins da Resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS que dispõe sobre parcelamento de débitos tributários e não tributários e sob as penas do art. 299 do Código Penal¹, sem prejuízo de aplicação de sanção administrativa cabível, que não ingressou, em momento algum, com qualquer ação judicial, inclusive embargos à execução fiscal, questionando seu débito para com a ANS objeto do Requerimento de Parcelamento de Débito nº _____.

DECLARA, ainda, estar ciente de que a identificação, a qualquer tempo, de ação judicial ou embargos à execução discutindo o débito acima referido implica rescisão do parcelamento concedido e remessa do débito para inscrição em Dívida Ativa ou prosseguimento da execução, conforme o caso.

(localidade e data)

assinatura do representante)

¹ Art. 299 do Código Penal.: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público (...)"